

EDUCAÇÃO GEOGRÁFICA EM ÉPOCA DE CRISE – ALGUMAS REFLEXÕES **GEOGRAPHICAL EDUCATION IN TIME OF CRISIS - SOME REFLECTIONS**

Manuela MALHEIRO FERREIRA

manuelamalheirof@gmail.com

Branca MIRANDA

brancam@univ-ab.pt

Universidade Aberta, Lisboa, Portugal

PALAVRAS-CHAVE: Crise económica, social e política; Educação Geográfica; Educação para a Cidadania, Ensino Secundário.

RESUMO

Quais as causas da crise económica, social e política com que se debate o país? De que forma o ensino da Geografia poderá contribuir para que os jovens compreendam de uma forma informada a crise com que Portugal se debate para poderem agir como cidadãos conscientes e interessados na resolução dos problemas aos níveis nacional, regional e local? Neste artigo procuramos transmitir uma reflexão sobre as duas questões anteriores e pôr em evidência o papel da Educação Geográfica na formação de cidadãos participativos.

KEYWORDS: Economic, social and political crisis; Geographic Education; Citizenship Education, Secondary Education.

ABSTRACT

What are the causes of the economic, social and political crisis that struggles the country? How the teaching of geography can help young people to understand in an informed manner the crisis that Portugal is facing and can act as conscientious citizens and stakeholders in addressing the problems at national, regional and local levels?

In this article we tried to carry a reflection on the two previous issues and highlight the role of Geographic Education in the formation of participatory citizens.

1. INTRODUÇÃO

A resposta à primeira questão sobre as causas da crise económica, social e política com que se debate Portugal é como todos sabemos muito complexa.

António Barreto no discurso feito em 10 de Junho de 2011, em Castelo Branco, nas Comemorações do dia de Portugal, Camões e das Comunidades Portuguesas, indica como causas económicas e sociais: “uma crise internacional inédita, um mundo globalizado, uma moeda comum a várias nações, um assustador défice da produção nacional, um insuportável grau de endividamento e a mais elevada taxa de desemprego da história ” e como causas políticas “a indisponibilidade (dos políticos) para falarem uns com os outros, para dialogar, para encontrar denominadores comuns e chegar a compromissos (o que) contrasta com a facilidade e o oportunismo com que pedem aos cidadãos esforços excepcionais e renúncias a

que muitos se recusam.” E ainda afirma: “vivemos os resultados de uma grave crise internacional. Sem dúvida. O nosso povo sofre o que outros povos, quase todos, sofrem. Com a agravante de uma crise política e institucional europeia que fere mais os países mais frágeis, como o nosso. Sentimos também, indiscutivelmente, os efeitos de longos anos de vida despreocupada e ilusória. Pagamos a factura que a miragem da abundância nos legou. Amargamos as sequelas de erros antigos que tornaram a economia portuguesa pouco competitiva e escassamente inovadora”. Afirma também que “sem a “participação dos cidadãos, nomeadamente das gerações mais novas, o esforço da comunidade nacional será inútil”.

A crise económica é mundial e foi desencadeada pela chamada “crise dos *subprime*”¹ nos Estados Unidos da América, a Europa está em crise, Portugal num mundo globalizado e numa Europa que se debate com problemas profundos, apresenta uma economia pouco competitiva e pouco inovadora. Porquê? Quais as causas? Vejamos algumas.

Causas demográficas: a baixa de natalidade e o conseqüente envelhecimento progressivo da população com conseqüências graves - decréscimo da população, menor população activa (que desconta para a segurança social) e uma maior população inactiva (que recebe reformas da segurança social) e menor competitividade económica. Causas económicas e financeiras: o abandono progressivo das actividades ligadas ao sector primário, agricultura e pesca. Como sabemos, os agricultores saíram das áreas rurais para as áreas urbanas para exercer profissões menos duras e incertas do ponto de vista económico, o que somado às características da agricultura portuguesa integrada na PAC - Política Agrícola Comum - levou a que os portugueses progressivamente estivessem mais dependentes das importações de alimentos e rações para o gado; a pesca apresenta várias carências e há um longo caminho a percorrer no sentido de superar a situação de crise que se vive no sector pesqueiro; a floresta que é um recurso importante na economia portuguesa é deficientemente cuidada o que tem conduzido a grandes devastações causadas por fogos estivais; as indústrias tradicionais estão decadentes devido à concorrência das designadas “economias emergentes”, aliada a uma inovação incipiente; actividades terciárias têm excesso de activos na administração pública central e municipal; verificou-se uma difícil adaptação à nova moeda, o euro, com conseqüências graves pois Portugal teve de abdicar de duas importantes políticas: a cambial e a monetária, porquanto a partir desse momento, o Governo passou a dispor de menos instrumentos para atingir os objectivos económicos; rendimentos excessivamente direccionados para a aquisição de casa própria e bens de consumo. Estas são algumas causas da crise, entre muitas outras.

Poderemos ainda referir os problemas da educação, da assistência social, da administração pública e governação, o desemprego.

2. O ENSINO DA GEOGRAFIA E A ECONOMIA

Vejamos o que dizem os geógrafos que se dedicam ao ensino quando falam da economia. Lambert e Morgan (2010) em Inglaterra questionam se o modelo de economia e sociedade

que informa o pensamento actual sobre o currículo é válido. Há uma perspectiva geralmente aceite de que é necessária uma perspectiva global para a compreensão das mudanças a nível económico. Os autores citam geógrafos que se dedicam à economia, Knox e Agnew (1998) que afirmam que o desenvolvimento rápido da interdependência da economia mundial significa que o bem-estar económico e social das nações, regiões e cidades em todo o mundo depende progressivamente de complexas interacções à escala global.

Alguns geógrafos põem, no entanto, em evidência o desigual desenvolvimento da economia global e o diferente impacto destes processos em lugares, regiões e localidades, impacto que é impossível prever. O global e o local estão inter-relacionados de formas complexas, dando origem ao fenómeno a que alguns geógrafos denominaram de processo de "glocalização".

Outros geógrafos, sem negarem os efeitos da globalização, propõem outras perspectivas da economia actual dos quais um exemplo é a obra *Spaces of Work* de Castree et al (2003) na qual os autores utilizam o termo "capitalismo global" para chamar a atenção para a forma como as relações sociais estão organizadas. Harvey (2000) afirma que se deve prestar atenção a quem usa o termo globalização, quais os propósitos e sobre quem ganha ou perde com a globalização. O mesmo se aplica à designação economia de mercado e poderíamos nós acrescentar ao mercado europeu.

3. A EDUCAÇÃO GEOGRÁFICA E A EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA

O conceito de cidadania é hoje sujeito a um aceso debate. Este questionamento, que resulta em grande medida do processo de globalização da sociedade, conduz à necessidade de reequacionar os direitos e deveres do cidadão e do Estado. De facto, o processo globalizador levou à «diversificação e ao aprofundamento das relações de interdependência entre regiões e povos» (Morgado e Ferreira, 2006: 62) e, simultaneamente, a uma «crescente perda de protagonismo do Estado» (Idem). Este processo, de contornos ainda indefinidos, dá origem a um novo discurso que vai centrar os direitos dos cidadãos em aspetos como a solidariedade entre diferentes espaços (local e global) e tempos (presente e futuro).

Assim, assistimos ao aparecimento de uma dimensão da «cidadania que compreende uma cidadania de proximidade, relacionada com os fenómenos da fragmentação e uma cidadania planetária relacionada com fenómenos de globalização» (Santos, M. E., 2005: 49). Estas duas dimensões da cidadania, só aparentemente contraditórias, remetem-nos, respectivamente, para uma maior responsabilização individual num espaço próximo e para uma maior solidariedade a nível global.

Decorrente da evolução dos conceitos de cidadão e de cidadania, as perspectivas dos educadores sobre o papel formativo da educação vão-se alterando. Assim, nas sociedades democráticas, o papel da escola como a instituição responsável pela literacia política dos cidadãos foi-se progressivamente alargando, ao longo do século XX, no sentido de englobar o desenvolvimento de outras dimensões do indivíduo, como a responsabilização moral e social e o envolvimento comunitário (Pearce, e Hallgarten, 2000).

A Educação Geográfica, tal como a entendemos, constituir-se-á como um contributo incontornável para a educação da consciência moral, o desenvolvimento de uma consciência ética e de uma perspectiva global da sociedade (André, 1998). Muitos autores consideram que a Geografia tem uma “vocação natural” para o desenvolvimento de competências de cidadania, o que se deve à matriz primeira dos estudos geográficos – aprender a interpretar o espaço, os seus elementos constitutivos, a forma com se inter-relacionam, os seus contrastes, compreender as interdependências entre o local e o global e, a partir desta leitura polissémica, ser capaz de intervir no espaço de forma responsável e numa perspectiva de desenvolvimento sustentável, compreendendo o presente e, ao mesmo tempo, antevendo as possibilidades do futuro.

A Educação Geográfica fundamenta-se, como afirma Ferrão (1997), em concepções que retomam como objectivo estratégico uma finalidade relativamente abstracta, a educação para a cidadania, procurando desenvolver nos cidadãos a capacidade de agir de forma consciente, eficaz e enformada por um conjunto de valores fundamentais que conduzam à redução das desigualdades e a uma maior dignidade de todos, contrariando uma realidade marcada pelo aprofundamento dos desequilíbrios económicos entre os países, as regiões e as classes sociais. Deste modo, o «desafio educacional da Geografia consiste em superar os limites das descrições enciclopédicas e a repetição mecanicista de conceitos abstractos, com o objectivo de desenvolver a capacidade de análise dos problemas actuais» (Souto, 1999:2). Os novos enfoques geográficos que pretendem entender «os principais problemas do mundo actual e a dimensão histórica da acção social» (Idem), traduzem-se numa nova perspectiva para a Educação Geográfica que se deseja centrada na formação de cidadãos capazes de compreenderem o lugar que ocupam no mundo e as relações que estabelecem com os outros, com o seu ambiente, com os espaços próximos ou longínquos, conscientes da enorme complexidade do mundo actual e do carácter controverso de muitas das decisões a tomar (Crick, 1998).

Mas, esta compreensão do papel do indivíduo na sociedade em que se encontra inserido e das relações estabelecidas entre diferentes sociedades só é possível se criarmos oportunidades para o desenvolvimento de uma atitude reflexiva sobre nós próprios e sobre os acontecimentos do dia-a-dia, e se estimularmos a autonomia em busca de alternativas para um mundo melhor (Buitrago, 2005).

Este é o desafio actual da Educação Geográfica que deverá conduzir os professores através de um conjunto de opções didácticas mais centradas no saber-fazer e no saber-ser, desenvolvendo nos jovens as competências geográficas que se relacionam com o trabalho de pesquisa, que os conduza a uma compreensão mais aprofundada do espaço local e longínquo, e com a procura de soluções para as problemáticas das sociedades actuais.

CONCLUSÕES

Os programas de Geografia do Ensino Secundário contemplam o estudo de Portugal e da Comunidade Europeia, mas torna-se necessário uma gestão do programa que contribua para que os(as) alunos(as) apreendam as relações entre o global e o local, de modo a compreenderem as causas e as possíveis soluções para a crise actual.

Julgamos que será da maior utilidade que os alunos façam, ao nível local, uma investigação às causas da crise e procurem encontrar soluções para problemas que afectam as populações locais. Nos referidos programas é dito "que conhecer o território português é condição fundamental para desenvolver no indivíduo a capacidade de intervenção como cidadão atento e responsável (e portanto) mantém-se Portugal como objecto de estudo central nos 10º e 11º anos". O programa prevê "actividades que impliquem contactos planeados, presenciais ou à distância estruturados em projectos coerentes, com diversos intervenientes na tomada de decisões relativas à gestão e à organização do território, entendido nas suas múltiplas dimensões" e ainda " a estrutura organizativa dos diferentes temas pressupõe uma abordagem que deve ter em conta o modelo de investigação que contemple a inventariação de recursos, a identificação de problemas e a reflexão/discussão de soluções fundamentadas considerando ainda a (re)descoberta/potencialização de recursos a utilizar"(ME-DES, 2001).

Somente, após um estudo aprofundado de conceitos (como o de globalização, economia de mercado...) e das características económicas, sociais e políticas locais os(as) alunos(as) poderão compreender a influência das normas comunitárias e a influência da globalização nas mudanças ocorridas a nível local e nos problemas que hoje existem. Torna-se necessário que os(as) alunos(as) procurem soluções para esses mesmos problemas discutindo-as de uma forma aberta e informada e se possível tenham alguma intervenção a nível local, o que contribuirá para que os jovens se tornem cidadãos conscientes e activos que compreendem o presente e que procuram novas perspectivas para o futuro. A interdisciplinaridade deverá estar presente nesses estudos.

Nota: *Subprime* são créditos bancários de alto risco que incluem desde empréstimos hipotecários para comprar habitação própria até cartões de créditos e alugueis de carros, e eram concedidos, nos Estados Unidos, a clientes sem comprovação de renda e com histórico ruim de crédito. As taxas de juros eram pós-fixadas, isto é, determinadas no momento do pagamento das dívidas. Por esta razão, com a disparada dos juros nos Estados Unidos, muitos mutuários ficaram sem condições de pagar as suas dívidas aos bancos.

Bibliografia

Alves, L. ; Brazão, M.M. e Martins, O.S. (2001) Programa de Geografia A - 10º e 11º anos ou 11º e 12º anos, Ministério da Educação, Departamento do Ensino Secundário, Lisboa.

André, Y. (1998 Juin). Le Monde et le Territoire: l'Histoire et la Géographie pour Apprendre à Vivre Ensemble. In UNESCO. *Perspectives* (Vol. XXVIII, nº 2) pp. 229-234.

Barreto, A. (2011) Discurso de António Barreto, 10 de Junho, in *Mirante*. Acedido em 11 de Junho de 2011. <http://joaobarbeita.blogspot.com/2011/06/discurso-de-antonio-barreto-10-de-junho.html>

Buitrago, O. (2005). La Educación geográfica para un mundo en constante cambio. In *Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales*, Vol. 10, nº 561. Acedido em 21 de Janeiro 2006. <http://www.ub.es/geocrit/b3w-142.htm>

Castree, N.; Coe N.; Ward, K.; Samers, M. (2003) *Spaces of Work: Global Capitalism and Geographies of Labour*, Sage Publications, London.

Crick, B. (1998). *Education for citizenship and teaching of democracy in schools, final report, advisory group on education and citizenship and teaching democracy in schools*. QCA, London.

Ferrão, J. (1997). Geografia Educação e Desenvolvimento: três vértices de um triângulo a Construir. In *Apogeo*, nº 15/16, p. 5-10. Associação de Professores de Geografia, Lisboa.

Harvey, D. (2000) *Spaces of Hope*, Edinburgh University Press, Edinburgh.

Knox, P e Agnew, J. (1998) –(3ª edição) *The Geography of World Economy*, Arnold, London

Lambert, D. e Morgan, J. (2010) –(5ª edição) *Teaching Geography* 11-18, Open University Press, Maidenhead, Berkshire.

Morgado, J. e Ferreira, J. (2006). Globalização e autonomia: desafios, compromissos e incongruências. In Moreira, A. & Pacheco J. (Ed.). *Globalização e educação: desafios para políticas e práticas*, pp. 31-60. Porto Editora, Porto.

Pearce, N. e Hallgarten, J. (2000). Tomorrow's policy: what's new in Citizenship Education. In Pearce, N. & Hallgarten J. (Ed). *Tomorrow's citizenship*, p 13-16. Institute of Public Policy Research, London.

Santos, M. (2005). Para que a Geografia Mude sem Ficar a Mesma Coisa. In *R. RA'A GA*, nº 9, p. 125-134, Editora UFPR, Curitiba.

Souto, X. (1999). Los Retos de la Educación Geográfica en las enseñanzas básicas. In *Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales*, nº 142. Acedido em 21 de Janeiro de 2006. www.ub.es/geocrit/b3w-142.htm